

# O Brasil e a sua política internacional pacificadora

*Fillipe de Souza Novaes Coelho<sup>1</sup>*

## Resumo

O Brasil é um país pujante, tanto na forma física quanto ideológica. As relações entre o país e os vizinhos da América do Sul progrediram com o passar dos anos, acompanhando sempre o progresso econômico interno. As relações entre o Brasil e o mundo, caso das reuniões da Organização das Nações Unidas, são vistas pelo viés de que o país sempre adota uma perspectiva humanitária em relações internacionais, principalmente quando o objetivo é a paz, muito exemplificado nas Operações de Paz em que participou e ainda participa.

**Palavras-chave:** Brasil; América do Sul; *Soft Power*.

## Brasil e a América do Sul

A postura brasileira com relação à segurança internacional vem sendo alvo de muitos estudos e esforços coletivos, tanto no âmbito executivo quanto legislativo. Na área de segurança, vale ressaltar, que um país que se expõe internacionalmente, propondo acordos e intermediando outros, estará sempre sujeito a algum tipo de alinhamento diplomático e militar a alguns países e, conseqüentemente, divergindo de outros.

Internamente, o Brasil dispõe de coordenações para realizar estudos em segurança internacional e repassá-los para o Presidente da República, caso da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), vinculada ao Conselho de Governo, que têm por finalidade, entre outras, promover ações para a área de cooperação internacional em assuntos de segurança e defesa, integração fronteiriça, Operações de Paz, narcotráfico e outros delitos de configuração internacional. Outro colegiado competente para tratar de assuntos externos é o Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão de consulta do Presidente da República no que tange à soberania nacional e à defesa do Estado democrático.

---

<sup>1</sup>Curso de Graduação em Geografia da UFRN. Contato: [Fillipe\\_101@hotmail.com](mailto:Fillipe_101@hotmail.com)

Privilegiado geograficamente, tanto na esfera física quanto na diplomática, o Brasil constitui em país *sui generis*, ou seja, apesar de estar entre as dez maiores economias mundiais, não possui conflitos de interesses com seus vizinhos, ao contrário, quando surge algum litígio entre o Brasil e algum país sul-americano, o Brasil resolve sem maiores complicações, ficando muitas vezes com o ônus. Exemplo disso, está no texto do documento Estratégia Nacional de Defesa, na parte introdutória, aprovado pelo até então Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

País em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar<sup>2</sup>.

Esta cordialidade da diplomacia brasileira quanto aos seus vizinhos, nasce das ideias do Visconde do Rio Branco (século XIX), o qual enfatizava que o Brasil necessitava ampliar a amizade e os negócios com os vizinhos para manter a convivência e a paz. Vale ressaltar que, nesta época, a ideia era de um pan-americanismo, onde todos os Estados americanos eram vizinhos do Brasil. Após Visconde, surge a figura do Barão do Rio Branco (século XX) e a ideia de pan-latinismo, iniciando a utilização do pensamento de vizinhança com a América Latina.

Ainda no texto da Estratégia Nacional de Defesa, é enfatizada a organização da estratégia de defesa, dividindo-se em três eixos, são eles: a forma como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem suas destinações, seja na paz ou na guerra; a reorganização da indústria nacional de material de defesa para atender à necessidade das Forças Armadas em equipamentos de tecnologia nacional; e por último, sobre o efetivo das Forças Armadas e o Serviço Militar Obrigatório.

A inserção internacional do Brasil na área de segurança esteve antes disso ligada à lógica da Guerra Fria – refletindo-se em nossa política externa até 1989 -, a qual regulava os objetivos permanentes e estipulava o planejamento estratégico nacional. No presente,

2Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)

as questões de segurança vão muito além de seu aspecto militar, muitas vezes, visa-se a aproximação diplomática e acordos mutuamente benéficos entre as partes. Para isto, as políticas externas e as de defesa têm que caminhar de forma igual, afinal, são as decisões destes dois itens que irão indicar a forma como os governos agem no plano global, se subordinando ou ampliando a sua influência, visando sempre a participação no seleto grupo que dita às regras do poder mundial.

Diferentemente dos países vizinhos, até a virada do século XX, o Brasil não possuía um documento que evidenciasse as diretrizes da Defesa Nacional, todavia, aqueles possuíam e colocavam em prática as determinações de seus respectivos textos. Esta mudança de pensamento brasileiro em estabelecer diretrizes na área de segurança, é decorrente da conjuntura doméstica e mundial, bastante dinâmica nos últimos anos que fecharam o século XX.

### **Conselho de Defesa Sul-Americano**

Durante o governo Lula, a América do Sul passou a prioridade da política externa brasileira. Foram criados projetos de integração de infraestrutura, econômica, ocorreu a ampliação do MERCOSUL, acordos entre este e a Comunidade Andina, etc. Nesta política de integração regional, Lula propôs em encontro bilateral com a presidente da Argentina Cristina Kirchner, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), sendo este responsável pela formulação de uma estratégia conjunta da região na área de defesa. Estariam participando de tal projeto, os países que compõem a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). Vale ressaltar que a UNASUL também foi de iniciativa brasileira, bem como a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACS), de 1986.

Porém, isso não quer dizer que as decisões destes organismos de segurança coletiva venham a ser tomadas de forma unilateral pelo Estado brasileiro, pelo contrário, está prevista a participação de todos os países que o integram. Com isso, Nelson Jobim afirma:

Em relação a área de Defesa, o processo de construção do Conselho de Defesa Sul-Americano se desenvolveu a partir do espírito da confiança e da convergência política, consagrado entre nossos países como uma forma de permitir uma ampliação do espírito de cooperação e de entendimento. (n.d.).

É objeto principal do CDS consolidar a América do Sul como zona livre, soberana e pacífica, bem como fomentar uma identidade sul-americana em matéria de defesa. Haja vista que, de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), em seu documento A/59/565 de 29 de novembro de 2004, o mundo enfrentará nas próximas décadas vários litígios, dentre eles: ameaças econômicas e sociais, conflitos internos incluindo guerras civis, armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas, terrorismo, conflitos entre Estados e, dentre outros, crime organizado transnacional<sup>3</sup>. Raymond Aron em seu livro “Paz e Guerra entre as Nações”, afirma que a política externa de um país emana através da diplomacia, baseada nas relações políticas e estratégicas, voltadas aos exercícios militares (ARON, 2002).

Inicialmente, o projeto não gerou o efeito desejado, começando com a recusa da Colômbia em participar, alegando que os países, inclusive o Brasil, não reconhecem as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como um grupo terrorista. Mas, depois da invasão militar colombiana ao território venezuelano em 2008, alegando a perseguição ao grupo supracitado, e infringindo a soberania da Venezuela, os debates para a implantação do CDS foram retomados<sup>4</sup>.

Proposto oficialmente na Junta Interamericana de Defesa, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), o CDS foi bem aceito, despertando, inclusive, o interesse de países caribenhos como Trinidad e Tobago e República Dominicana em participarem como membros observadores.

Vale ressaltar que o CDS não é uma aliança militar convencional como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), mas exige uma cooperação militar regional. Tanto que, entre as propostas do Conselho, estaria uma maior integração das Forças Armadas, inclusive nas Operações de Paz. Em relação à OTAN, Hugo Chávez, presidente venezuelano, vem propondo a formulação de uma Organização do Tratado do Atlântico-Sul (OTAS), em resposta àquela. Para o CDS, Nelson Jobim, Ministro da Defesa do Brasil em 2008, ressalta que: “não há nenhuma pretensão operacional neste conselho, e sim a

---

<sup>3</sup>Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/report.pdf>

<sup>4</sup>Neste caso, o presidente colombiano Álvaro Uribe acusou a Venezuela de apoiar as FARC com campos de treinamento, refúgio, armas e hospitais. Porém, nada foi provado oficialmente.

necessidade de uma integração em questões de treinamento e de um conselho integral de defesa”<sup>5</sup>.

Jobim levanta na III Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano que o continente sul-americano possui algumas das principais riquezas naturais e que, com o aumento populacional mundial, estas riquezas serão cada vez mais valorizadas, podendo ser objeto de cobiça por parte de vários países, sendo necessária a criação e manutenção constante de um conselho de segurança regional. Ainda no mesmo encontro, Jobim provoca: “O futuro vai exigir do subcontinente uma estratégia comum de dissuasão. Será que estaremos preparados para isso?”

Atualmente, o CDS possui 12 Estados-membros: Brasil, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Paraguai, Bolívia, Suriname, Guiana e Uruguai. Neste âmbito de cooperação e aceitação do projeto, o Ministério de Defesa do Chile se pronunciou de forma oportuna quanto à prosperidade do mesmo ao fundamentar o seu entendimento: *“Uno de los ámbitos en los cuales podemos avanzar es el de la defensa, porque existe un gran espacio para el desarrollo de la seguridad cooperativa sudamericana.”*<sup>6</sup>

Assim, o CDS não é uma ferramenta de imposição militar aos vizinhos sul-americanos do Brasil, mas uma ferramenta de união regional e uma forma de garantir a paz mundial, competente a todos os Estados da região. Aqueles que o fazem serão respeitados, e aqueles que incentivam ao conflito serão rejeitados. Tanto que, no que tange aos princípios que norteiam o CDS, estão: a autodeterminação dos povos, o respeito à soberania, a não intervenção nas questões internas de cada país e o respeito aos Direitos Humanos. Segundo Einstein, “A paz não pode ser mantida à força. Somente pode ser atingida pelo entendimento”.

---

5JARDIM, Claudia. “Conselho de defesa não prevê ação militar em conflitos, diz Jobim”. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/04/080415\\_jobimvenezuela\\_cj\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/04/080415_jobimvenezuela_cj_ac.shtml)

6CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. “El Consejo de Defensa Suramericano de La UNASUR. Crónica de Su Gestación”. Grupo de Trabajo del Consejo de Defensa Suramericano. Santiago de Chile, Julio de 2009.

## **Participação Brasileira nas Operações de Paz**

A Organização das Nações Unidas (ONU) é um organismo internacional constituído por Estados dotados de soberania. Fundada após a Segunda Guerra Mundial, sua atuação se expande pelos mais diversos campos da convivência internacional, economia, política, segurança, comércio, entre outros.

As Operações de Paz são instrumentos garantidores da ONU para que um país devastado por conflitos possa conseguir sua paz de forma permanente. A primeira operação se deu em 1948, no Oriente Médio, onde o Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio de militares para monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos. Desde esse acontecimento, a ONU já criou 63 Operações de Paz. O reconhecimento de tais atos aconteceu em 1988, onde a Comunidade Internacional entregou o Prêmio Nobel da Paz às Forças de Paz das Nações Unidas.

O Brasil, assumido como um país que defende a paz mundial, participou efetivamente dessas Operações de Paz, visando sempre um caráter humanitário, respeitando a população local e seus costumes, ou seja, seguindo o que diz o texto da Constituição Federal, em seu Art. 4º.

Lembrando que, as tropas que compõem essas Operações de Paz são multinacionais, instituídas pela ONU e com a aprovação e objetivos designados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para atuar em zonas de conflito.

De 1957 a 1967, o Brasil participou de forma efetiva no Oriente Médio, tendo sua principal atuação no Sinai e na Faixa de Gaza, onde foi enviado um importante contingente militar, no âmbito da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I). A esta Operação foram designados militares do Batalhão de Suez, participando 6.300 militares. Desde este acontecimento até o presente, o Brasil já integrou várias outras missões, retratadas no Quadro I.

### QUADRO I – Participação Brasileira nas Operações de Paz da ONU

MISSÃO	LOCALIZAÇÃO	MILITARES	CIVIS	PERÍODO
UNEF I	Sinai e Faixa de Gaza	6.300	-	1957 - 1967
ONUC	Congo	179	-	1960 – 1964
UNSF	Nova Guiné Ocidental	2	-	1962
DOMREP	República Dominicana	1	-	1965 – 1966
UNIPOM	Índia/Paquistão	10	-	1965 - 1966
UNFICYP	Chipre	20	1	1964 – 1967
UNAVEM I	Angola	16	-	1989 – 1991
ONUCA	América Central	16	-	1989 – 1991
UNAVEM II	Angola	77	4	1991 – 1995
ONUSAL	El Salvador	63	5	1991 – 1995
ONUMUZ	Moçambique	218	16	1993 – 1994
ONUMUR	Ruanda/Uganda	13	-	1993 – 1994
UNPROFOR	ex-Iugoslávia	90	-	1992 – 1995
UNTAC	Camboja	-	19	1993
UNOMIL	Libéria	3	-	1993
MINIGUA	Guatemala	39	-	1994 – 2001
UNOMSA	África do Sul	-	12	1994
UNAVEM III	Angola	4.174	-	1995 – 1997
UNCRO	Croácia	2	-	1995 – 1996
UNPREDEP	Macedônia	5	-	1995
UNTAES	Eslovênia Oriental	9	-	1996 – 1998
UNMOP	Península da Prevlaka	5	-	1996 – 2006
MONUA	Angola	35	-	1997 – 1999
UNAMET	Timor Leste	62	19	1999 – 2006
MINUSTAH	Haiti	11.000*	-	2004 - 2012

**Fonte:** MRE e FONTOURA, P. C. T. da. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Brasília: Editora Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 1999, p. 201.

\*Número atualizado de acordo com: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0..MUL1462158-5601.00-CONGRESSO+APROVA+ENVIO+IMEDIATO+DE+MAIS+MILITARES+PARA+O+HAITI.html>

Dentre essas missões, a de maior importância está sendo a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), que o Brasil lidera na vertente militar, visando garantir a manutenção de um ambiente seguro em apoio ao governo transitório para que a democracia possa acontecer. A esta missão, estão integrados quartéis e instituições não militares de todo o Brasil, no âmbito das Forças Armadas, Forças Auxiliares e Diplomatas. Em seu discurso na 59ª Assembleia Geral da ONU, em 21 de setembro de 2004, o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva disse:

Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante de uma situação concreta<sup>7</sup>.

Desse modo, o evidente crescimento internacional que o Brasil apresenta traz responsabilidades, as quais imputam aos Poderes que governam o país decidir o caminho a ser seguido. A paz deve ser objetivo prioritário de uma nação: “A Paz queremos com fervor, a guerra só nos causa dor”, trecho da Canção do Exército Brasileiro ilustra este objetivo.

### **O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU**

O Conselho de Segurança da ONU têm por finalidade manter a paz e a segurança internacional. Criado em 1945, ao fim da Segunda Guerra Mundial, o Conselho de Segurança (CS) é considerado o órgão mais importante da ONU, possuindo cinco membros permanentes: EUA, Inglaterra, França, Rússia e China. Estes países têm privilégios em relação aos outros, principalmente o direito ao veto, ou seja, podem bloquear qualquer resolução. Para a escolha desses membros utilizou-se o critério de serem as maiores potências militares da época, responsáveis pela estabilidade mundial. Com o passar dos anos, muitos países assumiram o posto de aspirante ao CS, porém, nada foi alterado. O Brasil se enquadra neste grupo de aspirantes à cadeira permanente, muito focado no governo Lula.

Enquanto não é incorporado ao CS, o Brasil se encaixou até 31 de dezembro de 2011 como membro temporário ou rotativo, sendo a décima vez em que o país ocupa tal posição (nesta última, sendo substituído pela Guatemala). Eleitos pela Assembleia Geral da ONU para cumprirem mandato de dois anos, os membros rotativos somam 10 países.

<sup>7</sup>Disponível em: <http://www.escoladegoverno.org.br/biblioteca/132-discurso-lula-59-assembleia-onu>

Para a escolha dos membros temporários observa-se a distribuição regional, com as vagas que o Conselho permite.

Em entrevista à Rádio ONU sobre o fim do mandato do Brasil, a embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, aproveitou a situação para falar sobre a reforma do CS:

A tese da reforma é uma tese que hoje tem apoio universal. Não há nenhum país que não reconheça que o Conselho hoje não reflete as realidades políticas, contemporâneas. Então, a necessidade de reforma é hoje um dado. O que permanece em discussão é a modalidade que essa reforma deve adquirir. Há um grupo de países, ao qual pertence o Brasil. É um grupo bastante amplo e majoritário nas Nações Unidas que defende uma reforma que possa permitir a expansão do Conselho de Segurança nas duas categorias: dos membros permanentes e não permanentes. E há um grupo, bastante menor, que defende a expansão do Conselho apenas na categoria de membros não permanentes. Mas, no fundo, este tipo de expansão não é uma expansão que possa promover uma reforma efetivamente estrutural do Conselho de Segurança e refletir a multipolaridade que caracteriza o cenário internacional contemporâneo<sup>8</sup>.

No caso brasileiro, o presidente dos Estados Unidos Barack Obama, em visita ao Brasil em 2011, disse ter apreço à candidatura do Brasil. Na ocasião, a presidente brasileira Dilma Rousseff disse: “Não existiria um Conselho de Segurança da ONU reformado sem alguns países como Índia e o Brasil”, e ainda ressaltou que:

São países grandes, são países continentais considerados grandes forças emergentes no mundo. Nós somos hoje a sétima economia. Daqui a alguns anos nós seremos a quinta, a quarta, mas, de qualquer jeito, não é concebível uma ONU reformada sem o Brasil<sup>9</sup>.

Porém, essa convergência entre EUA e Brasil não é constante, no dia 17 de março de 2011, em votação do CS em relação ao ataque à Líbia, os EUA liderou o pedido em favor, conseguindo dez votos. Já o Brasil liderou o pedido de cessar-fogo, conseguindo cinco votos. No encontro, Dilma ressalta:

Essa é a nossa posição desde que nós votamos na ONU. Nós somos a favor de uma solução pacífica lá e, diante de tudo que está acontecendo, é a decorrência normal do que é nossa posição. Não é só nossa nesse caso, é da Alemanha, da China, da Índia e da Rússia.

<sup>8</sup>Disponível em: <http://www.brasil-cs-onu.com/entrevista-brasil-se-despede-do-conselho-de-seguranca/>

<sup>9</sup>Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/892389-dilma-diz-que-nao-e-concebivel-a-onu-reformada-sem-o-brasil.shtml>

Novamente, percebe-se a postura brasileira de defesa da paz mundial, expressada muito bem nas missões de paz em que o Brasil participou e ainda participa e nas votações no CS da ONU. Um país como o Brasil daria ao Conselho de Segurança maior credibilidade, afinal, este não deveria estar estruturado para promover a paz através da guerra (como diz o ditado popular brasileiro: “a violência só gera a violência”), mas gerar a paz através de atos realmente pacíficos, emanando o sentimento de solidariedade e harmonia entre as nações.

## Referências

- ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. *Geografia*. São Paulo: Ática, 2003.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil e a ONU*. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. 2ª ed. Brasília, 2008.
- BRIGAGÃO, Clóvis; JÚNIOR, Domício Proença. *Brasil e o Mundo - Novas Visões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros*. 2º ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.
- CARVALHO, Leonardo Arquimimo de; VERA, Cristián Garay; PEÑA, Juan Cayón. *Segurança e Defesa na América Latina*. Curitiba: Ed. Juruá, 2009.
- DREGER, Fabrício Brugali. *Integração na América do Sul: A Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano*. Monografia de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Faculdade de Ciências Econômicas – Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, 2009.
- REZEK, Francisco. *Curso de Direito Internacional Público*. 11ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.
- RABELO, Luiz Gustavo. *Brasil e Argentina Defendem Adoção de Estratégia Comum de Dissuasão por Países Sul-Americanos*. Revista Eletrônica – Estratégia Brasileira de Defesa. Disponível em: <http://www.reebd.org/2011/05/brasil-e-argentina-defendem-adocao-de.html>. Acesso em: 22 de março de 2012.
- UZIEL, Eduardo. *O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção de Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas*. Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2010.

**Recebido em Abril de 2012.**

**Publicado em Julho de 2012.**